

Tema: Meio Ambiente e Mudanças Climáticas - Instrumentos de Gestão Ambiental nas Zonas Urbana e Rural

1 Aos vinte e um dias do mês de julho de 2022 às 19h08, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, a
2 Prefeitura de São Paulo, representada pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento
3 (SMUL), conforme convocatória, inicia a Audiência Pública da Etapa 1 da Revisão Intermediária do
4 Plano Diretor Estratégico – PDE, Temática Meio Ambiente e Mudanças Climáticas: Instrumentos
5 de Gestão Ambiental nas Zonas Urbana e Rural. A **Sra. Patricia Saran**, Coordenadora do Processo
6 Participativo, toma a palavra, cumprimenta cordialmente os presentes e, para garantia de
7 acessibilidade digital, instrui quanto ao uso das ferramentas disponibilizadas na plataforma.
8 Informa que as audiências temáticas foram divulgadas no Diário Oficial da Cidade e jornal de
9 grande circulação em 07 de julho de 2022. Os presentes poderão solicitar a fala, estando abertas
10 as inscrições a partir do início da apresentação, o munícipe inscrito tem 03 (três) minutos para
11 exposição e respostas de SMUL se dão em bloco. Apresenta a mesa composta pelos
12 representantes da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) e passa a palavra
13 ao secretário-adjunto, e agradece a presença de representantes da Secretaria Municipal do Verde
14 e do Meio Ambiente (SVMA). Passada a palavra ao **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, Secretário
15 Adjunto da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, que reforça a importância do
16 tema meio ambiente para a contemporaneidade, não apenas em São Paulo como no mundo inteiro.
17 Explica que essa etapa de diagnóstico tem como finalidade verificar quais instrumentos do Plano
18 Diretor, de fato, foram efetivos na defesa do meio ambiente e no enfrentamento das mudanças
19 climáticas. Menciona que a audiência é o momento de ouvir os munícipes, no sentido de
20 enriquecer as análises realizadas pelos técnicos de PLANURB, e segue para as apresentações.
21 Finalizada a fala, inicia-se o vídeo pela qual se destaca o Plano Diretor como instrumento básico da
22 política de desenvolvimento urbano do município, e também são apresentados os resultados do
23 “Diagnóstico da Aplicação do Plano Diretor Estratégico (2014 – 2021)”, com enfoque nas ações e
24 instrumentos relacionados ao tema em questão. A **Sra. Patricia Saran** agradece pela apresentação,
25 e passa a palavra aos seis (06) primeiros inscritos da lista. O **Sr. Eduardo Della Manna** cumprimenta
26 os presentes e destaca a relevância da presença de técnicos na audiência, especialmente da
27 SVMA. Entende que a Lei Federal Nº 14.285 de 29 de dezembro de 2021 abre a possibilidade de
28 inserir na legislação urbanística da cidade de São Paulo uma modalidade de intervenção urbana
29 que seja, de fato, sustentável, com potencial para preservar as faixas marginais de cursos d'água.
30 Nesse sentido, menciona o conceito de “Corredor Ambiental Urbano”, que não é novo e vem sendo
31 desenvolvido pelo Professor Renato Anelli. Sugere que tal corredor possa contribuir para o
32 Programa de Recuperação de Fundos de Vales, e informa que irá acrescentar ao *chat* o link de um
33 arquivo com sete (07) slides, nos quais apresenta o conceito de “Corredor Ambiental Urbano”. O
34 **Sr. Mauricio Ramos de Oliveira**, representante titular do C MPU (Zona Oeste), questiona que a
35 definição dos Eixos de Estruturação Urbana (EETU) não levou em consideração estudos
36 geomorfológicos no território e, segundo ele, isso permitiu que grandes estruturas fossem
37 construídas gerando impactos negativos em nascentes, no lençol freático, espigão, dentre outros.
38 Afirma que cada região possui uma característica, e o licenciamento deveria respeitar essas
39 particularidades, a fim de evitar distorções como as verificadas na Gruta do Bixiga, no Espigão da
40 Serra, e na Rua Heitor Penteado. Salienta que a Lei Nº 14.285/2021 fere as disposições do Código
41 Florestal, uma vez que concede ao município o direito de legislar sobre as APPs urbanas, devendo
42 prevalecer a legislação de maior proteção, o Código Florestal. Considera importante ter cautela
43 com legislações como a Lei Nº 14.285/2021, que podem gerar prejuízos aos recursos hídricos
44 urbanos. Por fim, afirma que direcionar o olhar para 2030 é também considerar os recursos
45 hídricos urbanos, além de repensar a forma como se utiliza a infraestrutura cinza, empregando,
46 cada vez mais, soluções baseadas na natureza. O **Sr. Antônio Zagato**, representante do Conselho

47 Municipal de Política Urbana (CMPU), explica brevemente o que é o CMPU, instituído pelo Artigo
48 327 do PDE, destacando que, dentre outras competências, o conselho tem a função de
49 acompanhar o processo de revisão do PDE, apresentando propostas. Nesse sentido, questiona que
50 nas reuniões do CMPU, muitas vezes, as propostas apresentadas pela sociedade civil, não
51 empresarial, não são acatadas pela Prefeitura de São Paulo, tanto em relação ao método
52 empregado no processo participativo, quanto em relação aos conteúdos elaborados no processo
53 de revisão do PDE. Em seguida, inicia suas contribuições realizando críticas ao “Diagnóstico da
54 Aplicação do Plano Diretor Estratégico (2014 - 2021)”. Questiona a abordagem quantitativa na
55 avaliação dos Instrumentos de Gestão Ambiental (EIA/RIMA, EIV/RIV, AAE, TCA, dentre outros),
56 e afirma que os números apresentados traduzem pouco o impacto ambiental cumulativo gerado
57 pelo licenciamento de empreendimentos, especialmente de grande porte, fazendo menção à fala
58 do Sr. Maurício Ramos de Oliveira. Considera que a publicação dos Planos Setoriais, por si só, não
59 significa uma ação efetiva e positiva do PDE, pois entende que publicar não significa implementar,
60 e não implementar pode comprometer o alcance dos objetivos indicados na apresentação dessa
61 audiência. Menciona a falta de avaliação quali-quantitativa acerca do alcance dos objetivos
62 estratégicos apresentados e, como exemplo, questiona o quanto de expansão da mancha urbana
63 foi contida entre os anos de 2014 e 2022, ou o quanto da universalização do saneamento foi
64 alcançado nesse mesmo período. Por fim, destaca que na página 79 do Plano de Ação Climática do
65 Município de São Paulo 2020-2050 (PlanClimaSP), é mencionada a importância da regulação do
66 mercado imobiliário que, porém, não foi citada nas audiências anteriores. Considera que, a
67 despeito dos impactos ambientais, abordou-se com mais veemência assuntos como a liberação e o
68 incentivo ao adensamento construtivo. Realiza uma nova inscrição, devido ao término do tempo
69 de fala. O **Sr. João Bittencourt** cumprimenta a todos, e declara estar na audiência como um
70 cidadão, não atrelado a qualquer organização. Não identifica na revisão do PDE, e nos últimos
71 anos, qualquer ação efetiva com foco nos principais rios da cidade (Pinheiros e Tietê) que, segundo
72 ele, poderiam ser usufruídos como nossos antepassados o fizeram. Considera que há um vácuo em
73 relação aos objetivos sustentáveis para a cidade, que parecem ser esquecidos, mas que poderiam
74 ser utilizados de forma mais inteligente. Exemplifica o caso do Rio Tamanduateí que, no passado,
75 era utilizado como via de locomoção. Declara ser ineficiente a forma como a cidade foi construída
76 em torno dos rios, riachos e cursos d’água, desrespeitando as matas ciliares. Complementa as falas
77 do Mauricio Ramos e Antônio Zagato ao criticar uma verticalização acentuada na região, e afirma
78 ser residente da região de Sumarezinho, próximo à Vila Madalena. Em seu ponto de vista, os
79 empreendimentos imobiliários que estão sendo construídos não contribuem para a cidade, e
80 parece que não são devidamente fiscalizados. Afirma não perceber um interesse da Prefeitura em
81 implantar mais transporte público, e indaga que esses grandes empreendimentos incentivam
82 ainda mais o uso do transporte individual, devido à criação de vagas de garagem, agravando a falta
83 de sustentabilidade no município. O **Sr. Daniel Todtmann Montandon** cumprimenta a todos e
84 apresenta quatro pontos: considera importante incorporar a carta geotécnica de aptidão à
85 urbanização no ordenamento territorial. Comenta que esteve em uma oficina na qual a SVMMA
86 informou que, recentemente, foi elaborada uma carta geotécnica pelo Instituto de Pesquisas
87 Tecnológicas (IPT), mas que ele desconhece, pois não se encontra no site da Prefeitura, ou na
88 plataforma GeoSampa. Pondera que o mais importante não é a carta em si, mas especialmente a
89 definição de condicionantes e restrições que devem ser seguidas no parcelamento, uso e ocupação
90 do solo, ou seja, condicionantes para aprovação, ou não, de projetos com base nos aspectos
91 geotécnicos. Segundo ponto, considera importante que o PDE incorpore o instrumento da cota
92 ambiental como um mecanismo integrante do ordenamento territorial da cidade, sendo um

93 instrumento que deveria ter sido objeto do monitoramento. Terceiro, comenta sobre a Lei Federal
94 Nº 14.285/2021 destacando que se deve definir outro conceito de área urbana consolidada para
95 fins de incidência de APP, divergente do que consta no Código Florestal, e que o Plano Diretor
96 precisaria avançar nessa definição. Por fim, questiona os critérios e conteúdos para a elaboração
97 dos Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV), e sugere que seja elaborada uma lei, ou que se
98 estabeleçam diretrizes no PDE para a regulamentação do EIV. A **Sra. Rosângela Vieira Souza**,
99 integrante do CADES-Campo Limpo, elogia a apresentação de PLANURB, em especial os pontos
100 apresentados sobre os instrumentos de gestão ambiental, e considera importante tudo que vem
101 sendo feito. Entretanto, pondera que há muitas contradições, pois gostaria que a aplicação desses
102 instrumentos fosse mais efetiva na preservação das áreas protegidas. Observa que nenhum dos
103 instrumentos citados está conseguindo conter o avanço das ocupações irregulares, as quais estão
104 se expandindo de forma acelerada, sem que haja alguma ação específica nesse sentido. Destaca
105 essa questão como urgente e afirma que, com o tempo, essas ocupações irregulares são
106 consolidadas como área de regularização fundiária, ignorando leis ambientais, áreas de mananciais
107 e nascentes. Logo, sugere que os instrumentos de gestão ambiental sejam revistos com um olhar
108 de proteção efetiva dessas áreas. Observa a questão da Transferência do Direito de Construir
109 (TDC) como positiva, porém destaca que estão deixando de lado o problema de invasão das áreas
110 públicas. Nesse sentido, menciona o caso do Parque Linear Itapuíuna, afirmando que apenas 5% de
111 uma área do parque estão em processo de TDC, 7.000m², em decorrência de 250.000m de área
112 pública que está sendo devastada. Salienta que é necessário olhar para essas áreas públicas que
113 estão sendo invadidas, pois considera essa questão bastante preocupante. A **Sra. Patricia Saran**
114 retoma a fala, agradece pelas contribuições e solicita a todos que assinem a lista de presença
115 disponibilizada no *chat* da reunião. Nesse momento, o **Sr. João Moreirão** manifestou-se para
116 registro de sua presença na audiência, uma vez que não possuía o acesso ao *chat* na Plataforma do
117 *Teams*. A **Sra. Patricia Saran** agradece sua manifestação informando que a presença foi registrada,
118 e passa a palavra à **Sra. Heliana Lombardi Artigiani**, Coordenadora de PLANURB/SMUL, explica
119 que, algumas das propostas mencionadas já foram enviadas anteriormente, como o caso do
120 Corredor Ambiental Urbano, proposta que considera relevante e que será analisada. Em relação
121 aos Eixos de Estruturação Urbana (EETU), destaca a necessidade de se verificar como as
122 transformações estão ocorrendo no território, mas justifica que o Plano Diretor propõe a
123 definição dos EETUs, regulamentados também na Lei de Zoneamento, e que as construções dos
124 empreendimentos estão ocorrendo de acordo com previsões legais. Destaca o papel de Planurb na
125 verificação dos efeitos da regulamentação do PDE, de modo a avaliar se estariam de acordo com
126 os resultados esperados e, se necessário, avaliar formas de minimizar os efeitos negativos. Afirma
127 que as contribuições estão registradas, e que a preservação do Meio Ambiente é uma
128 preocupação não apenas dos manifestantes, mas de todos. Em relação ao balanço da efetividade
129 dos instrumentos e planos setoriais, desenvolvido no Diagnóstico, explica que o PDE apresenta
130 algumas disposições e ações elaboradas e executadas por suas respectivas pastas. Sendo assim,
131 neste momento o Diagnóstico avalia especificamente as disposições do PDE, verificando se estão
132 sendo executadas, se os planos foram publicados, e se estão atendendo às disposições da lei.
133 Todavia, destaca que, em um segundo momento, poderão ser realizadas análises em conjunto com
134 as pastas que aplicam essas ações e planos, verificando a efetividade do que está sendo
135 implementado. Quanto à regulação do mercado imobiliário, afirma que o PDE, a lei de
136 Zoneamento, dentre outras leis e decretos municipais regulamentam o desenvolvimento
137 imobiliário na cidade de São Paulo, e que esse é o papel do poder público. Menciona que, na etapa
138 de elaboração das propostas poderão surgir contribuições mais estruturadas de como

139 regulamentar o mercado imobiliário, para que sejam debatidas e analisadas soluções viáveis
140 dentro de uma legislação de regulamentação e desenvolvimento de empreendimentos imobiliários
141 na cidade. Acerca das ações efetivas nos principais rios da cidade, declara que há diversas ações
142 sendo realizadas para o Rio Pinheiros, conforme apresentações do evento Governo Aberto,
143 elaboradas pelo Governo do Estado em conjunto com a Prefeitura. E que, eventualmente, o
144 problema maior não seja a falta de ação, mas a falta de divulgação dessas ações. Em relação à
145 construção dos empreendimentos, reitera que estão de acordo com a legislação, mas que é
146 necessário verificar se os efeitos estão sendo positivos para a cidade. Ao mesmo tempo, afirma
147 que é importante buscar um equilíbrio, visto que as áreas verdes precisam ser preservadas, ao
148 mesmo tempo em que se deve garantir moradia digna a quem mais precisa. Com relação ao
149 transporte público, indica que há muitas ações sendo realizadas, mas que, eventualmente, não
150 estejam sendo evidenciadas para a população. De todo modo, lembra que, à medida que as
151 estações de metrô e os corredores forem implantados, os EETUs nessas regiões serão ativados,
152 conforme disposições do PDE. Sobre a carta geotécnica, menciona que irá verificar se há
153 informações a respeito na plataforma GEOSAMPA e, caso houvesse algo, seria compartilhado no
154 *chat* da audiência. A respeito da Quota Ambiental, afirma que o instrumento não vem sendo
155 monitorado, pois não consta no PDE, entretanto, como é um instrumento que reverbera na lei e
156 seus objetivos, logo, está sendo pensada uma forma de monitoramento da Quota Ambiental. Sobre
157 o EIV/RIV, destaca a pertinência de rever esse instrumento, analisando possíveis ajustes em sua
158 regulamentação, tornando sua aplicação mais efetiva. Destaca que as invasões em áreas públicas,
159 bem como a implantação de parques, são desafios para a prefeitura, e afirma que há diversas ações
160 sendo realizadas em relação às ocupações em áreas de preservação de manancial, e áreas de
161 parque. Além disso, indica que tais ações estão sendo mais frequentes e, novamente, pondera que
162 há pouca divulgação a respeito dos resultados. O **Sr. José Armênio de Brito** pondera que parte das
163 contribuições apresenta caráter propositivo, e que será bastante útil na segunda etapa de revisão
164 intermediária do PDE. Retoma alguns dos pontos mencionados nas contribuições, como a questão
165 das ocupações em área de proteção que, segundo ele, pode ser falha na regulamentação dessa
166 área enquanto de proteção ambiental. Além disso, cita a preocupação com as invasões, e afirma
167 que essa questão não está muito relacionada ao PDE, mas à falta de fiscalização. Menciona sobre
168 os cadernos de drenagem, que a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB)
169 possui, afirmando que foram executados e que mapeiam todas as bacias do município, e também
170 as contribuições aos rios, sendo a questão fluvial muito relevante ao Sr. Prefeito, Ricardo Nunes.
171 Por fim, reitera a importância das contribuições e a necessidade de revisão do PDE para que se
172 tenham instrumentos mais efetivos, sobretudo quanto à proteção do meio ambiente. A **Sra.**
173 **Patricia Saran** retoma a palavra, convida o **Sr. Mário Fontes**, Diretor Executivo da Associação
174 Nossa Guarapiranga. Este declara que o Sr. Prefeito do município de São Paulo, Ricardo Nunes,
175 afirmou que o maior problema que a cidade enfrenta atualmente é o seu déficit habitacional, e as
176 invasões nas áreas de mananciais e beiras de córrego. Questiona que a lei municipal de
177 zoneamento associada às leis de preservação ambiental são bastante restritivas em relação a
178 qualquer atividade nas áreas de mananciais. Todavia, afirma que as ocupações irregulares estão se
179 disseminando no entorno da represa de Guarapiranga, suprimindo a mata Atlântica e a vegetação
180 que preserva as suas margens, provocando o assoreamento da represa, e lançando esgoto na água
181 que abastece a cidade. Além disso, declara que água contaminada da Represa Billings está sendo
182 transferida para a Guarapiranga, esta que abastece cerca de cinco (05) milhões de paulistanos.
183 Salienta que a Sabesp deveria também coletar e, principalmente, tratar os esgotos para que a
184 população não consuma água contaminada, e defende a promoção de saneamento básico a partir

185 de uma legislação que condene obras de saneamento em ocupações irregulares. Afirma que, de
186 acordo com os dados do Instituto Trata Brasil, há 03 (três) milhões de pessoas sem tratamento
187 adequado de esgoto e, com frequência, esse esgoto acaba contaminando córregos e a represa.
188 Reforça que a qualidade da Represa Guarapiranga está cada vez pior, o que contraria lei específica
189 acerca da represa, e menciona que os dados e estudos estão disponíveis no site Associação Nossa
190 Guarapiranga (guarapiranga.org). Por fim, defende que seja feita a revisão do PDE no intuito de
191 mitigar a contaminação das áreas de manancial no município. A **Sra. Amanda Paulista**, agradece a
192 apresentação e as falas dos técnicos de SMUL, e constata uma disparidade muito grande entre a
193 meta estipulada no PDE para a implantação dos parques, e o que foi de fato efetivado. Afirma que
194 não há indicações no diagnóstico que expliquem o porquê dessa meta não estar sendo cumprida, e
195 defende que essa questão seja aprofundada, visto que direcionaria um caminho coerente para as
196 propostas. Afirma que tal investigação pode indicar se os instrumentos vigentes devem ser
197 potencializados, ou se é necessário propor novos instrumentos. Exemplifica com o instrumento da
198 TDC, questionando se o ideal seria ampliá-lo em ZEPAMs, em áreas verdes e parques que se
199 encontram fora da Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana, em Reserva Particular do
200 Patrimônio Natural (RPPN) e em Unidades de Conservação (UCs), ou se seria mais pertinente
201 avaliar uma política de incentivo que permita, por exemplo, que os proprietários implantem
202 parques de uso público. Também cita o Plano Municipal da Redução de Riscos (PMRR), o qual
203 considera fundamental para se pensar o uso e ocupação do solo, especialmente quando se trata do
204 meio ambiente e planejamento urbano. Defende que, para além dos riscos geotécnicos, é
205 importante analisar também os riscos geológicos, riscos de áreas contaminadas, riscos
206 tecnológicos, dentre outros, que afetam muito a qualidade de vida da população. A **Sra. Raquel Reis**
207 **Viegas Leal**, apoiadora do Movimento Pró-Pinheiros, interpreta, a partir do Diagnóstico, que há
208 uma proposta de revisão dos TCAs no sentido de expandir a arborização para regiões periféricas
209 da cidade, proposta que considera positiva. Todavia, apresenta a preocupação com a supressão
210 vegetal de espécies de árvores, de flores, arbustos e gramíneas na Zona Oeste, em especial no
211 bairro Pinheiros, tanto em jardins e quintais das casas, quanto em lotes incorporados pelas
212 construtoras para a edificação de prédios. Diante disso, questiona como os moradores podem
213 obter soluções para mitigar os efeitos da perda de qualidade do ar, da destruição desses
214 microclimas, e até mesmo da extinção da fauna que habitava essas áreas. Além disso, questiona o
215 método participativo empregado na própria Audiência temática, pois considera o tempo de
216 participação curto frente à complexidade do tema, o que para ele prejudica o aprofundamento do
217 debate, e defende a ampliação dos meios de participação. O **Sr. Francisco Bodião**, integrante do
218 Fórum Verde Permanente de Parques, Praças e Áreas Verdes de São Paulo, pelo qual compõe
219 também a Frente São Paulo Pela Vida, primeiro fala do respeito por todos os representantes da
220 prefeitura, sobretudo os técnicos da SVMA, presentes na Audiência. Afirma que, desde o início do
221 processo participativo, o Fórum está questionando o momento em que ocorre a revisão do PDE,
222 pois são verificados impactos da pandemia, além de limitações no acesso a meios digitais que
223 restringem a participação social. Declara que o número de pessoas na audiência é bastante
224 reduzido, não sendo representativo da cidade, e que a revisão foi retomada com uma agenda
225 acelerada, sendo importante rever essas questões no intuito de qualificar a participação social.
226 Destaca a falta de dados e considera fundamental a atualização dos mesmos, especialmente com
227 os efeitos da pandemia e o aumento das ocupações irregulares, que tem provocado enormes
228 prejuízos às áreas de mananciais. Menciona que possuem um dossiê do vereador Natalini, que
229 demonstra esses prejuízos, e considera que a redução da fiscalização também ocasionou em
230 impactos negativos, nesse sentido. Afirma que, para atender à implantação dos 168 parques

231 previstos no PDE, seria necessário implantar 21 parques por ano, até 2029. Sugere que essa
232 previsão seja revisada, porém, independente das críticas ao fundo municipal de parques, afirma
233 que é necessário garantir sua implementação, além de buscar alternativas para sua reformulação e
234 efetivação. Por fim, aponta que o quadro técnico da Secretaria Municipal do Verde e do Meio
235 Ambiente encontra-se fragilizado, com poucos funcionários e, como solução, sugere a ampliação
236 do corpo técnico a partir de concursos públicos, principalmente para o controle das áreas verdes,
237 dos parques, e para a fiscalização de supressões na mancha verde da cidade. O **Sr. Elio Camargo**,
238 integrante do CADES-Butantã, avalia que a proteção das Áreas de Preservação Permanente
239 (APPs) foi insuficiente. Salienta que, dentre outras funções, tais áreas visam assegurar os
240 corredores ecológicos de ligação entre as áreas verdes, garantindo o fluxo gênico bem como a
241 biodiversidade na cidade, o que, no seu ponto de vista, não foi realizado. Apresenta como proposta
242 a preservação dos córregos remanescentes cercandos e, ao contrário de aguardar a implantação
243 de parques lineares, sugere a restauração de possíveis corredores ecológicos como, por exemplo,
244 os canteiros centrais das avenidas e as áreas aterradas. Propõe que a restauração dos corredores
245 ecológicos de ligação seja incluída como uma ação prioritária no Plano Municipal de Arborização
246 Urbana. Em relação ao Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres
247 (PLANPAVEL), sugere a inclusão de dois pontos: a recuperação das nascentes, e a inclusão de um
248 sistema de permeabilização do solo, de modo a garantir o reabastecimento das águas. Por fim,
249 sugere que o Fundo Municipal de Parques juntamente com o Fundo Especial de Meio Ambiente e
250 Desenvolvimento Sustentável (FEMA) assegurem recursos para que sejam adquiridas e
251 conservadas todas as áreas verdes da cidade. Para isso, apresenta a proposta de complementar
252 esses fundos com uma nova taxa, que deve incidir proporcionalmente sobre todos os
253 licenciamentos construtivos aprovadas na cidade. A **Sra. Laurita Sales**, Movimento Pró-Pinheiros,
254 questiona a fala do Secretário-Adjunto, de que as ocupações irregulares seriam um problema de
255 fiscalização, indicando que, na verdade, tais ocupações são um índice da falta de habitação social,
256 problema que o Plano Diretor não tem conseguido solucionar. Menciona que, para a exigência do
257 Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) o índice de enquadramento do empreendimento é muito
258 elevado, aplicando-se em terrenos muito extensos. Nesse sentido, afirma que muitos
259 empreendimentos estão sendo construídos, mas sem a elaboração de estudos de impacto
260 ambiental, especialmente nos distritos de Pinheiros e parte de Jardim Paulista. Solicita a
261 elaboração desses estudos para o conjunto de lotes, sobretudo na Avenida Rebouças, a fim de
262 preservar a ambiência dos bairros. Ratifica a fala da Raquel Reis Viegas Leal, apresentando como
263 preocupação a destruição de árvores centenárias, ou de grande porte, que estão sendo removidas
264 devido à construção de novos prédios. Propõe que a compensação da supressão arbórea seja
265 realizada no mesmo distrito, pois considera que o microclima do distrito de Pinheiros está sendo
266 bastante prejudicado pela retirada das árvores. Indica como pertinente a verificação do equilíbrio
267 do índice de verde por distrito, ou seja, um balanço não apenas por subprefeitura, mas também por
268 distrito. A **Sra. Patricia Saran** retoma a fala, encerra o segundo bloco agradecendo pelas
269 colocações, e presta alguns esclarecimentos acerca do processo participativo. Afirma que a
270 primeira etapa do processo participativo tem como estratégia a realização de atividades
271 participativas diversas, uma mescla de oportunidades, potencializando o alcance do processo
272 participativo. Concorda que nem todos têm acesso às reuniões virtuais, mas pondera que, da
273 mesma forma, nem todos podem participar presencialmente. Relembra que a etapa inicial
274 constitui na apropriação do diagnóstico, já a segunda etapa será a fase de elaboração de propostas
275 para um futuro projeto de lei. Relembra o calendário do processo participativo, que conta com 09
276 audiências públicas, 03 reuniões por segmento e ainda 32 oficinas presenciais nas subprefeituras e

277 convida as pessoas a participarem. Prestados os esclarecimentos, a palavra é passada à **Sra.**
278 **Heliana Lombardi Artigiani** que considera muito pertinente a questão das ocupações irregulares
279 nas áreas de mananciais, bem como a questão da sobreposição de legislações mais restritivas, o
280 que pode resultar em mais irregularidades no território. Quanto a isso, afirma que está sendo
281 estudada uma solução, juntamente com as subprefeituras e também a CETESB, no intuito de
282 mitigar ou evitar os efeitos catastróficos dessa demanda. Informa que, apesar do processo
283 participativo estar na fase de diagnóstico, ainda assim é possível apresentar propostas de novos
284 instrumentos que contribuam para a implantação dos parques ou para a preservação do meio
285 ambiente, por exemplo. Em relação ao Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR), explica que
286 esse assunto foi tratado na Audiência de Habitação Social e Política Fundiária, uma vez que o foco
287 encontra-se na proteção das vidas que se encontram em risco. Todavia, compreende que o PDE
288 apresenta temas transversais, e que esse assunto também está interligado com o meio ambiente.
289 Sobre o processo participativo, reforça a importância de se garantir um espaço democrático, onde
290 todos tenham direito à fala, mas, para isso, explica que é necessário o controle do tempo das
291 contribuições. Reforça que estão disponíveis variados meios de participação, e que a Planurb
292 encontra-se à disposição para receber contribuições e dialogar. Sobre as mudanças em Pinheiros,
293 comenta que estão sendo estudadas formas para reduzir os impactos negativos desse processo. A
294 palavra é passada ao **Sr. Guilherme Iseri de Brito**, arquiteto de PLANURB, que também foi servidor
295 na Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) durante 05 (cinco) anos. Afirma
296 que, para se entender os impactos cumulativos dentro da cidade, entender o Programa de
297 Recuperação de fundos de vales bem como os instrumentos de gestão ambiental é necessário
298 compreender também o papel da Rede Hídrica Ambiental. Ressalta que ao abordar o assunto das
299 APPs, mesmo nas áreas urbanas, esse impacto cumulativo é considerado. Considera que o
300 entendimento das influências da Lei N° 14.285/2021, aprovada recentemente, pode ser um ponto
301 relevante de discussão para o CADES. Em relação à expansão da mancha urbana e às ocupações
302 irregulares, enfatiza a proximidade entre as políticas de habitação e meio ambiente. Apresenta
303 como uma das dificuldades do Diagnóstico a análise da expansão da mancha urbana, devido à
304 ausência de dados atualizados, sendo os últimos dados de 2002. Pondera que, apesar desses
305 empecilhos, foi possível verificar que alguns instrumentos foram efetivos na preservação das
306 áreas verdes, como a implantação dos parques naturais nas bordas da cidade, especialmente nas
307 áreas de mananciais. Em relação à implantação de parques, afirma que, após a realização do
308 Projeto 100 Parques para São Paulo, de 2012, houve uma redução orçamentária. Porém, destaca
309 que após o ano de 2019 a SVMA retoma a implantação de parques, gradualmente, por meio do
310 fundo municipal, e, principalmente, do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e
311 Infraestrutura (FMSAI). Pondera que também foi necessário revitalizar e requalificar diversos
312 parques já implantados, o que resultou na divisão dos esforços em diversas ações. A respeito dos
313 TCAs, informa que na Subprefeitura de Pinheiros houve uma proporção de plantio interno aos
314 lotes maior do que a retirada de árvores. Mas ressalta que, sendo uma compensação, ocorre a
315 substituição de uma árvore adulta, que já presta um serviço ambiental, por árvores novas. Em vista
316 disso, considera relevante entender com mais profundidade o tempo para que a compensação
317 apresente seus resultados benéficos no território. Cita o Plano Municipal de Arborização,
318 elaborado pela SVMA, no qual se prevê como uma das ações a análise da arborização e do
319 planejamento de plantio por distrito. Presta seus agradecimentos, e a palavra é retomada pela **Sra.**
320 **Patricia Saran**, que abre o último bloco de contribuições. O **Sr. Antônio Zagato**, afirma ter a
321 percepção de que as perguntas mais objetivas ou as avaliações mais críticas, realizadas pelos
322 participantes, recebem respostas evasivas e genéricas, que não contribuem para o entendimento

323 do Diagnóstico. Questiona, por exemplo, o quanto se conteve da expansão urbana, e declara não
324 identificar essa resposta no Diagnóstico. Também indica que tem ocorrido um esvaziamento dos
325 quadros técnicos das secretarias, e menciona o PL N° 428/2022 do atual prefeito Ricardo Nunes,
326 pelo qual serão extintos diversos cargos de carreira nas áreas de meio ambiente, urbanismo,
327 patrimônio, dentre outras. Apresenta a preocupação com a criação de autarquias e a contratação
328 de funcionários públicos por CLT, mencionando que os técnicos podem ser mais pressionados para
329 a aprovação dos projetos. Indaga se nos pareceres técnicos das secretarias constam as 14
330 diretrizes e os 17 objetivos indicados nos artigos 6° e 7° do PDE, no intuito de verificar se os
331 mesmos estão sendo cumpridos no processo de licenciamento. Questiona que os impactos
332 cumulativos são evidentes, mas afirma que se tudo está sendo aprovado de acordo com a lei, logo,
333 identifica um descolamento entre o discurso e a realidade. Menciona que a falta de fiscalização
334 reflete as disposições do Artigo 321 do PDE. Questiona o Diagnóstico, afirmando que no
335 documento constam apenas desafios e dificuldades. Nesse sentido, supõe que exista uma
336 orientação política para um discurso de *Real Estate* pelo qual seria elaborado um plano imobiliário
337 e a cidade estaria resolvida, desprezando as questões relativas ao meio ambiente, e ainda com a
338 extinção de cargos do serviço público. A **Sra. Ana Aragão**, integrante do Fórum Verde e do CADES-
339 Butantã, destaca a evidente preocupação de todos os manifestantes com a preservação ambiental.
340 Reforça a fala do Sr. Maurício Ramos acerca da solicitação dos estudos geomorfológicos, e
341 defende que tais estudos façam parte do Plano Diretor, sendo utilizados como um instrumento,
342 uma espécie de condicionante para a emissão de licenças e aprovação de novas construções.
343 Também propõe que esse estudo geomorfológico conste na plataforma GEOSAMPA, de forma
344 efetiva. Afirma que considera muito importante a proposta de corredores ambientais urbanos, e
345 solicita ao Eduardo Della Manna que, se possível, encaminhe a proposta citada. A **Sra. Karen**
346 **Terenzio**, integrante do Movimento Pró-Pinheiros, apresenta questionamentos em relação ao
347 volume de obras que se verifica na cidade, especialmente no bairro de Pinheiros. Explica que a
348 questão não se refere às autorizações para a realização de novas construções, mas se refere à
349 ausência de análises de impacto ambiental. Afirma que as obras geram diversas incomodidades,
350 como a poluição sonora e visual, a invasão de calçadas e o despejo irregular de resíduos, questões
351 relacionadas ao meio ambiente. Relata que no último ano foi constatado o corte de mais de 20
352 árvores em apenas uma quadra, entre a Avenida Rebouças e a Rua Arthur de Azevedo, além de
353 outras árvores na Rua Capote Valente, e indaga quais seriam os critérios seguidos pelas
354 construtoras para a realização dessa supressão vegetal. Sugere que sejam pensadas soluções
355 alternativas ao corte de árvores, como o transplante de espécies arbóreas ou ainda a
356 compensação no mesmo local. A **Sra. Laura Lúcia Vieira Ceneviva**, da Assessoria Técnica de
357 Mudanças Climáticas da SVMA, percebe a questão das mudanças climáticas como bastante
358 evidente nas falas dos demais participantes, e destaca que os comentários convergem para um
359 modo de ver e regular a cidade que, no seu entendimento, está superado. Afirma que a mudança
360 do clima pressupõe a questão do conforto térmico para a sobrevivência da cidade e, para isso, é
361 necessário que se tenha vegetação, bem como área permeável para que ocorra, por exemplo, a
362 recarga dos aquíferos. Indica preocupação com a questão energética no futuro, mencionando que
363 a geração de energia emite gases de efeito estufa. Questiona como poderá ser mantido o conforto
364 térmico frente às ocupações em APPs, e cita o aumento significativo das temperaturas pelo
365 mundo. Por fim, propõe uma mudança de lógica na regulamentação construtiva, que precisa
366 pensar na continuidade da vida na cidade, e defende que São Paulo tenha mais soberania, mais
367 condição econômica e política para tratar dos futuros problemas resultantes desse espaço urbano
368 construído equivocadamente, segundo parâmetros superados. O **Sr. Fábio Sanchez**, integrante do

369 Fórum Verde Permanente e Conselheiro do Parque Cemucam, considera que o PDE falhou na
370 implementação dos parques, pois eram previstos mais de 160 parques, e pontua que a
371 implantação tem ocorrido em um ritmo bastante lento. Afirma que, embora sejam citados, os
372 fundos ambientais para a criação desses parques não foram implementados, e sugere que sejam
373 criados e reforçados mecanismos que avancem nesse sentido. Menciona a crescente expansão da
374 mancha urbana, e sugere que o PDE preveja meios para reverter esse processo. Declara identificar
375 em São Paulo um processo de desmonte do funcionalismo público na área ambiental, tanto pela
376 extinção de vagas como pela perda de muitos funcionários para a iniciativa privada. Nesse sentido,
377 sugere que sejam realizadas iniciativas de profissionalização do corpo de especialistas da SVMA,
378 além da elaboração de concursos públicos para os cargos de direção dos parques. Afirma que, de
379 alguma forma, o PDE deveria contribuir para facilitar essa profissionalização e a ampliação do
380 corpo gestor de parques, contribuindo também para a manutenção da referida secretaria. Por fim,
381 recorda que o então candidato à prefeitura, o Sr. Bruno Covas, assinou uma carta de compromisso
382 comprometendo-se a aumentar para 1% o orçamento municipal da SVMA, e indica que tal
383 proposta começou a ser cumprida pelo Prefeito Ricardo Nunes, que aumentou o orçamento para
384 0,55% este ano, sendo necessário prever tal investimento no PDE. A **Sra. Angela Martins Baeder**
385 afirma que os atuais mecanismos de compensação ambiental não são suficientes. Questiona a
386 verticalização perto das linhas de metrô, meios de transporte, e grandes eixos, e sugere a revisão
387 de limites nesse sentido. Afirma que, devido à construção de muitos prédios, estão sendo criadas
388 ilhas de calor, prejudicando a paisagem e a ventilação na cidade. A **Sra. Patricia Saran** retoma a fala,
389 agradece pelas contribuições e encaminha para os esclarecimentos finais. A palavra é passada à
390 **Sra. Heliana Lombardi Artigiani**, que afirma ter as mesmas preocupações que os manifestantes,
391 inclusive tendo realizado estudos acadêmicos com temas associados ao meio ambiente e
392 mudanças climáticas. Com relação às críticas direcionadas ao Diagnóstico, afirma que a própria
393 ausência de dados também é um diagnóstico, e destaca que esse é um empecilho para o
394 monitoramento do que ocorre na cidade atualmente, sendo importante resolvê-lo. Indica não ser
395 possível fornecer algumas informações devido ao distanciamento desses assuntos com relação ao
396 Plano Diretor. Cita, por exemplo, o esvaziamento do corpo técnico das secretarias, questão que
397 considera preocupante para qualquer política e que deve ser registrada pelos cidadãos, mas que,
398 por ser um problema de outra natureza, dificilmente poderá ser solucionado pelo Plano Diretor,
399 mas que é necessário buscar soluções a respeito. Em relação à carta geotécnica e geomorfológica,
400 afirma que se deve avaliar se e como essa proposta poderá ser contemplada no licenciamento, e
401 menciona que outras questões mencionadas contribuem para a consolidação de um diagnóstico
402 em conjunto com a população. Relembra que o momento é de revisão do PDE, que visa ajustar a
403 legislação e minimizar os efeitos negativos na cidade, e pondera que algumas questões podem
404 estar além do Plano Diretor, carecendo de ações futuras. Salaria a importância das contribuições
405 no momento seguinte, de elaboração das propostas. No que se refere ao volume considerável de
406 obras e de corte de árvores, reconhece essas questões como muito preocupantes, e menciona que
407 deverá ser investigada uma solução, ainda que para além da revisão do PDE. Sobre a implantação
408 de parques, declara que o PDE apresenta a listagem de diversas ações, porém sem apresentar
409 detalhadamente as estratégias de implementação, como os prazos ou a fonte de recursos para a
410 execução de tais ações. Acerca do ritmo de implantação dos parques, afirma que essa implantação
411 não está seguindo a listagem do PDE, pela qual deveriam ser criados 21 parques por ano, e
412 pondera se a estimativa do PDE não tenha sido muito otimista, podendo ser avaliada a
413 possibilidade de elaborar um planejamento em metas para a execução e implantação desses
414 parques, buscando superar alguns entraves, seja por ajustes na legislação ou por outros canais,

415 mas considerando as limitações do PDE. Menciona ainda que, no conjunto das ações da SVMA,
416 devem ser considerados os parques que já foram implantados, para além da listagem do plano.
417 Indica que existe a intenção de incorporar ao PDE a agenda climática, questão que precisa ser
418 aprofundada, pois atualmente se apresenta de forma superficial na legislação, visto que muitas
419 ações sobre o tema são posteriores à aprovação do Plano Diretor. Por fim, agradece a todos, e
420 passa a palavra ao **Sr. Guilherme Iseri de Brito**, que retoma a questão da expansão da mancha
421 urbana informando que a Coordenadoria de Produção e Análise de Informação (GEOINFO) tem
422 apresentado estudos que avançam nessa análise. Ressalta que, independente do quanto a mancha
423 urbana deixou de se expandir, foi demonstrado no Diagnóstico que alguns instrumentos têm sido
424 efetivos na contenção da expansão da mancha urbana como, por exemplo, as Zonas Especiais de
425 Proteção (ZEPs), que fazem parte dos parques naturais e, até certo ponto, também as ZEPAMs.
426 Quanto à TDC, afirma que esse instrumento ainda não pôde ser aplicado, de forma extensiva, em
427 áreas privadas demarcadas como ZEPAM, mas que estas vêm cumprindo seus propósitos. Cita
428 também o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), regulamentado este ano, mas que não foi
429 totalmente implementado. Sobre os instrumentos de gestão ambiental, de modo geral, ressalta
430 que alguns deles já eram previstos anteriormente ao PDE, por legislações em outras escalas.
431 Declara que é fundamental a articulação entre as diversas secretarias, especialmente SVMA, para
432 melhor regulamentar especificidades que podem contribuir para o olhar urbano como um todo,
433 considerando a política urbana. Em relação à implantação de parques, indica que o Fundo
434 Municipal de Parques, um dos instrumentos não regulamentados, está muito incipiente no Plano
435 Diretor. Declara que este é o momento adequado para revisar esses instrumentos que não
436 estariam cumprindo seus propósitos, em conjunto com a SVMA, que poderá indicar possíveis
437 formas de efetivá-los, contribuindo para a implantação dos parques. Quanto a isso, indica que a
438 implantação de parques é um processo longo e que demanda diversas etapas e ações, sendo um
439 ano prazo curto para execução de 21 parques. Pondera que, desde aproximadamente 2018, a
440 SVMA tem assumido a frente desse processo, buscando acelerar a implantação de parques no
441 município. Em relação ao Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL),
442 observa que muito foi mencionado acerca da implantação dos parques, porém, aponta a
443 importância de se olhar também para o FUNDURB e entender a revitalização de praças, bem
444 como a implantação de outras áreas verdes que compõem esse sistema. Explica que os parques
445 são apenas uma parte desse sistema, composto de áreas públicas e privadas, e que analisar o
446 SAPAVEL como um todo é essencial para se entender a eficácia da política ambiental do plano
447 diretor. O **Sr. José Armênio de Brito Cruz** toma a palavra e inicia sua fala agradecendo por todas as
448 contribuições dos participantes. Ressalta que a implantação dos parques não envolve apenas a
449 execução do orçamento e projeto, mas também a manutenção desses parques, processo que
450 demanda muitas ações, recursos e corpo técnico, no intuito de mitigar o problema de degradação
451 de áreas verdes e espaços livres. Afirma que todos os funcionários públicos que trabalham com
452 planejamento urbano, sejam eles da SVMA ou da SMUL, possuem liberdade para expressão de
453 todo seu conhecimento, e que a audiência seria uma comprovação disso. Enfatiza que o SAPAVEL
454 é totalizante, assim como qualquer ação territorial, uma vez que o pensamento do planejamento
455 urbano da SVMA também é amplo, e declara que isso é possível devido à capacidade dos técnicos
456 que trabalham comprometidos com o conhecimento e a cidade. Afirma que nesta audiência houve
457 momentos em que o número de participantes aproximou-se de 100 pessoas, considerando a
458 plataforma *Teams* e o canal do *YouTube*. Destaca que, apesar da participação online ter suas
459 limitações, ainda assim, identifica um número considerável de pessoas envolvidas no processo
460 manifestando suas contribuições, e espera reunir um número ainda maior de pessoas a partir das

461 oficinas presenciais. Considera positiva a discussão elaborada com a sociedade, pois percebe que
462 as conversas qualificaram o Diagnóstico desenvolvido. Agradece a todos os participantes e aos
463 técnicos que colaboraram com a audiência. A palavra é retomada pela **Sra. Patricia Saran**, que
464 agradece à presença dos técnicos da SVMA e da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
465 (SMPED), sobretudo aos intérpretes de libras. Por fim, convida todas as pessoas a conhecerem a
466 agenda do processo participativo, no *site* <https://planodiretorsp.prefeitura.sp.gov.br/>, bem como
467 a participarem das oficinas nas Subprefeituras, e encerra os trabalhos às 21h37. A íntegra da
468 audiência pode ser consultada através da plataforma eletrônica
469 <https://planodiretorsp.prefeitura.sp.gov.br/processo-participativo/>. Os documentos desta
470 audiência pública se encontram registrados no processo SEI 6068.2022/0008207-4.